

Ao fim de mais de dez anos de destruição e privações



NEM MAIS UM “DIFERIMENTO”!

SATISFAÇÃO IMEDIATA DAS REIVINDICAÇÕES!

**DESCONGELAMENTO TOTAL E IMEDIATO DAS
CARREIRAS!**

FIM À CADUCIDADE DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA!

Vieram os ministros da educação e da saúde aí dizer que os trabalhadores da saúde e do ensino vão ter que diferir as suas reivindicações por mais uns anos.

Parece que o orçamento de 2018 (e 2019... e 2020) já não dão para mais...

Pelas contas dum estudo do *Expresso* de 2014, o primeiro salário mínimo, criado em Maio de 1974, em plena revolução (3.300\$00) equivale em dinheiro de 2017, a €574.

O salário mínimo de 2017, depois do último aumento do governo para €557 é, portanto, ***mais baixo que o de 1974!***

E o salário mínimo é o que hoje recebem 20% dos trabalhadores portugueses. Ainda há poucos anos, eram só 7% a recebê-lo.

43 anos depois do 25 de Abril, os trabalhadores portugueses têm então salários mais baixos do que os conquistados pelos seus pais e avós há quase meio século através de uma revolução.

São estes os “grandes benefícios” da adesão à UE?

São também estes: **indústria e banca, primeiro privatizadas, depois destruídas; o campo em ruína e à mercê do fogo; a juventude qualificada, a emigrar em massa; e salários como no tempo da ditadura.**

Ah, e **lucros milionários para uma ínfima minoria.**

Não têm muitos trabalhadores vontade de dizer: impõe-se, é uma nova revolução!

E dizê-lo na cara dos senhores ministros que vão ao parlamento dizer que é preciso diferir as reivindicações porque o orçamento não dá!

E porque é que não dá? Porque Bruxelas não deixa! Porque a única lei que conta para os sucessivos governos, incluindo este, é a lei de Bruxelas, a lei da troika, a lei da miséria para quem trabalha!

Diferir as reivindicações?! Porque “não dá para tudo”?! Não, basta!

O orçamento **dá para pagar 9.000 milhões para servir a dívida**, com que os trabalhadores nada têm que ver, 9.000 milhões que saem para Franqueforte, Londres, Paris, para a goela de banqueiros e especuladores.

O orçamento **dá para ajudar os EUA e UE a fazerem guerras** contra os povos do Médio Oriente e África.

Mas o orçamento **não dá para desbloquear as carreiras de funcionários públicos** que não só perderam partes (nunca repostas!) dos seus salários durante os anos da troika, como há dez anos não têm aumentos!

Mas o orçamento **não dá reduzir o número de doentes por médico** e as horas de urgências.

Mas o orçamento **não dá para pôr no Serviço Nacional de Saúde os mil milhões de euros que o Conselho Nacional da Saúde do próprio sr. ministro vem a público dizer que faltam**, só para o SNS poder funcionar, *no estado em que está*, sem melhoras!

E parece que a situação também **não “dá” para o governo revogar as leis laborais da troika**, nomeadamente a “**caducidade**” dos contratos colectivos, que impedem os trabalhadores do privado de obterem aumentos salariais. Nem “dá” para revogar as leis (da UE) que permitem aos **grandes grupos portugueses fugirem com os seus lucros** para a Holanda e outros paraísos e, assim, escaparem ao fisco.

E os senhores ministros vêm pedir aos trabalhadores para diferirem as suas reivindicações?! Já se conhece a ladainha: os compromissos externos... a UE... o défice... a Comissão de Bruxelas... o Banco Central Europeu... sempre um mas.

Serão eles, Bruxelas e o Banco Central de Franqueforte que mandam no governo e nos partidos que o apoiam, assim como nos da oposição e no Presidente da República.

Mas **não estará na altura de os trabalhadores dizerem que a Comissão, o BCE e o FMI, neles, trabalhadores, não mandam?**

Em Grândola, quem mais ordena?